

Setembro de 2021. Roma.

O alarme, a angústia do recém-eleito Comité da Presidência da União Internacional de Magistrados (UIM) era inegável.

Após dois longos anos de pandemia, confrontados com o cancelamento de todas as assembleias, reuniões, conferências e eventos presenciais, não apenas as da UIM, mas também as relativas aos nossos 4 Grupos Regionais - asiático, norte-americano e oceânico, africano, ibero-americano e europeu – logo foi estabelecida uma prioridade urgente: precisamos de nos encontrar pessoalmente de novo, retomando as nossas atividades ao vivo.

Utilizando o conceito seminal de Alexis de Tocqueville, as associações têm o papel fundamental de permitir a integração social, através dos valores da cooperação e da solidariedade. Assim, dependemos, na nossa essência, de estarmos juntos - precisamos de nos ver pessoalmente, de discutir os nossos problemas não só nas salas de conferência, mas também nos corredores, durante os intervalos, as refeições, em permanente interação humana. É fundamental, decisivo estar em contacto, aprender uns com os outros.

Vou contar-vos uma história:

Um dia, uma estudante perguntou à famosa antropóloga Margaret Mead qual foi, para ela, o primeiro vestígio da civilização humana. Ela respondeu: "Um fémur de 15.000 anos encontrado numa escavação arqueológica". A estudante esperava que a professora falasse sobre ferramentas ou jóias antigas. Mead explicou: O fémur estava partido, mas tinha cicatrizado. É um dos maiores ossos do corpo humano. Alguém tinha tomado a seu cargo aquela pessoa. Protegeu-a em vez de a abandonar à sua sorte. Na natureza, qualquer animal que parta uma perna está condenado. Se é um predador, não pode caçar; se é uma presa, não pode fugir. O que nos distingue como civilização é a empatia, a capacidade de cuidar.

Assim é: os seres humanos definem-se a partir dos conceitos de mútua compaixão, de proximidade.

Portanto, nos dias solarengos do final de Verão na Cidade Eterna, como novo Presidente eleito, o objetivo principal, o desafio imediato era óbvio, evidente em si mesmo: reunir novamente os nossos membros, insuflando "coração e alma" à nossa organização.

Hoje, aqui, no meu tribunal, nesta cidade, caros colegas, podemos alegremente proclamar: missão cumprida!

A Associação Europeia de Juizes tem a primazia de organizar o nosso primeiro evento pessoal após a pandemia. E que grande encontro: cerca de 40 países representados numa reunião que, sem dúvida, significará uma das mais participadas na história do Judiciário Europeu.

O mérito vai inteiramente para a nossa Associação Portuguesa e para todos aqueles que ajudaram a organizar este evento.

Em nome da UIM, obrigado por nos trazerem a certeza de dias melhores, por nos mostrarem o caminho para um futuro renovado.

Mas este novo impulso que começou hoje tornou-se já imparável.

Daqui a poucos dias, de 7 a 10 de Maio, Tunes, na Tunísia, receberá a Assembleia do nosso Grupo Africano que incluirá uma Conferência Internacional; no início de Junho o grupo Ibero-Americano, sob a liderança do Presidente Walter Barone, reunirá uma congregação alargada de países para a reunião anual em São Paulo, Brasil. Finalmente, o Grupo ANAO terá a sua reunião ainda em formato virtual, mas tendo na agenda, desde já, a preparação de uma reunião presencial em Washington.

Para além de todas estes eventos, tenho ainda o grato prazer de anunciar, ainda para este ano de 2022, a 64ª Assembleia Geral da União Internacional de Magistrados, a realizar de 18 a 22 de Setembro em Tel Aviv, Israel.

Devido aos esforços dos nossos colegas israelitas - permitam-me saudar, neste contexto, o Presidente da Associação Israelita, o meu amigo Yaron Levi - a assembleia mundial da nossa organização será cuidadosamente organizada. Por favor visite o site dedicado iaj2022.com, leia sobre as muitas atividades previstas e trate da sua inscrição; o nosso objetivo último ambiciona ter um evento memorável, reunindo juizes de todos os continentes, de todas as regiões, de todas as raças, de todos os credos.

Caros Colegas e Ilustres Convidados

A alegria sentida por estarmos novamente juntos neste maravilhoso cenário histórico do Palácio de Justiça do Porto representa um incentivo adicional para que a nossa organização enfrente os complexos desafios colocados aos juizes.

A guerra na Ucrânia recorda-nos perigosamente, aqui na Europa, como a civilização pode ser abalada pela persistente barbárie que os seres humanos insistem em liderar. Os massacres brutais, selvagens de civis horrorizam-nos a todos; mas deveriam também funcionar como um poderoso aviso. Só o Direito - público, internacional, baseado na Declaração Universal dos Direitos do Homem e nos princípios humanitários - pode dar uma resposta, uma bússola, aos conflitos entre Estados soberanos.

Os conflitos, numa escala macro ou micro, só podem ser resolvidos de uma de três formas: por acordo; por decisão, atribuída a um terceiro imparcial, um juiz, num tribunal; ou - a última proposta, sempre odiosa – através da violência, com a subsequente herança de dor, sofrimento e morte.

Por conseguinte, nestes tempos conturbados, a UIM apela a uma discussão prudente, a um diálogo construtivo - sabendo nós que a política, citando Bismarck, é apenas a "arte do possível" -, recusando a irracionalidade daqueles que seguem a lógica dos monólogos autocráticos.

Como juristas, devemos opor o "Estado de Direito" ao poder dos homens, devemos afirmar a primazia do Direito face à lei imoral dos mais fortes.

No atual contexto de crise sistémica do Estado de Direito, com especial enfoque no sistema judicial, permitam-me salientar, talvez a benefício das futuras discussões no seio da AEJ, um grave dilema colocado ao Velho Continente.

Cerca de 38% dos mais decisivos acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem dos últimos dez anos ainda não foram implementados. Muitos destes acórdãos estão relacionados com problemas estruturais, sistémicos. A Hungria, por exemplo, tem um problema muito grave de não implementação, com 71% de decisões por cumprir.

Existe também uma resistência crescente contra a implementação dos acórdãos do Tribunal de Justiça da União Europeia. A Polónia recusa-se abertamente a implementar estas sentenças, particularmente quando relacionadas com o sistema judicial polaco, o qual o Governo Polaco porfia em destruir.

Esta perigosa tendência de total desrespeito para com os tribunais europeus representa uma ameaça direta à nossa ordem jurídica e deveria, através de um índice nuclear, avaliar o cumprimento do relatório anual do Estado de direito a cargo da União Europeia.

Estimados Colegas

Permitam-me terminar estas palavras com uma nota pessoal.

Como Presidente eleito do Tribunal da Relação do Porto, todos os dias aprendo humildemente as lições históricas apresentadas pelos artistas que idealizaram o Palácio da Justiça.

Olhando para o painel à minha esquerda podemos observar a partida do Porto do Infante D. Henrique, o Navegador, e da sua frota, a caminho de Ceuta, há mais de seiscentos anos, dando início ao que agora chamamos o fenómeno da globalização. À entrada do Palácio, podem ainda identificar a figura colossal da Justiça. A Deusa é apresentada sem a habitual venda; a intenção foi a de mostrar que só com "olhos abertos" é que a justiça pode prevalecer.

Num mundo global ameaçado, precisamos de ter juizes atentos, focados, defendendo publicamente os valores essenciais da independência e da imparcialidade judiciais.

Para essa proteção, as consequências não importam: Fiat justitia, ruat coelum. Cito a célebre frase latina “Faça-se justiça, ainda que os céus caiam”.

O associacionismo deve ser, hoje mais do que nunca, um sinónimo de paz e boa vontade entre os homens.

A UIM está consciente do seu papel fundamental como organização global de juízes, representando associações nacionais de 94 países de todos os continentes; apelamos e saudamos, em quaisquer circunstâncias, todos os esforços para fazer vigar os ditames da razão através de um debate pacífico, no seio dos fóruns internacionais.

No entanto, a nossa missão continua a ser a mesma: procurar que seja feita justiça, a possível, a humana.

A defesa da ordem jurídica e a implementação das decisões judiciais assentes na lei constituem condição "sine qua non" para a afirmação das democracias.

Por isso, caros colegas e amigos, hoje, ao sair do meu tribunal, descendo as escadas enquanto a noite cai serenamente na antiga e sábia cidade do Porto, não se esqueçam de observar, com paciência e candura, a estátua de sete metros que se perfila na entrada. E, quando regressarem aos vossos países, saibam explicar aos vossos concidadãos a razão pela qual os seus olhos devem estar bem abertos. Sempre.

José Igreja Matos